

12/1/1986

"Bóias-frias" vagam por emprego na seca paulista

São Paulo — Com cerca de mil trabalhadores volantes percorrendo o interior em busca de um emprego temporário em plena época de plantio — resultado imediato da seca que devastou as plantações paulistas —, o Estado de São Paulo assistirá, este ano, a uma das mais duras negociações entre bóias-frias e empresários rurais, depois da greve de Guariba, em maio de 1984. Os dois lados aumentaram o seu poder de organização, preparando-se para o enfrentamento. A previsão é da socióloga Maria Conceição D'Incao, da Unicamp, para quem os trabalhadores rurais irão lutar principalmente pela estabilidade no emprego e o controle na produção.

Não há dados precisos sobre o exército de bóias-frias que se dirige anualmente para São Paulo, principalmente de maio a novembro — período da colheita da cana — em busca de emprego. Os dados de 1980 indicavam que, no total, esse contingente superava os 460 mil trabalhadores, dos quais 180 mil não arrumaram emprego na última safra. Possivelmente, tal estimativa já foi superada. De fato, desde que surgiram, nos anos 50, vem crescendo o número de trabalhadores volantes ou temporários. A incorporação de novos braços a esse contingente de mão-de-obra independe de períodos de crise econômica. Afinal, mesmo na época do chamado milagre econômico aumentou o número de bóias-frias, diz a socióloga em entrevista a Sônia Carvalho.

Pesquisadora do Cedec — Centro de Estudos de Cultura Contemporânea —, há dez anos acompanhando o problema do bóia-fria na região da cana em São Paulo, e autora de dois livros ("o bóia-fria: acumulação e miséria", Editora Vozes, na 9ª edição, e "qual é a questão do bóia-fria", Brasiliense, 1ª edição), Maria Conceição D'Incao prega um planejamento na economia agrícola capaz de extirpar o trabalho temporário dos campos paulistas. "O mínimo que se pode esperar de um governo preocupado com as questões sociais é que discipline a expansão da cultura canavieira e de outras que estão apenas criando problemas sociais no campo. É possível disciplinar a expansão da agricultura dentro do próprio modelo capitalista", diz.

Em São Paulo, o surgimento dos bóias-frias está ligado à expulsão do trabalhador morador do campo — do parceiro, do arrendatário, do colono — que cultivavam sua própria roça, garantindo sua subsistência. Essa expulsão é consequência direta da forma de desenvolvimento da economia brasileira.

JB— Quais foram os fatores que levaram ao surgimento dos bóias-frias no país?

Conceição — De um lado, a economia agrária adotou um modelo concentrador da propriedade da terra e, com isso, o interesse do proprietário rural pela exploração dessas terras de forma mais racional e eficiente, o que levou à expulsão do trabalhador morador e sua substituição pelo assalariado, mais adequado ao caráter sazonal da agricultura. Por outro lado, o processo de industrialização se fez às custas da incorporação de uma tecnologia já avançada, poupadora de força de trabalho. A industrialização não gerou uma quantidade de emprego capaz de equilibrar a oferta e a demanda da força de trabalho. O resultado é esse: hoje, o maior problema do Brasil é ter gente sobrando. Por isso, existe o bóia-fria.

JB — Em outros países, o trabalho assalariado temporário na agricultura tem sido corrigido pelo próprio desenvolvimento tecnológico. No Brasil isso não aconteceu. Por quê?

Conceição — No Brasil, a disponibilidade desse imenso exército de ofertantes de mão-de-obra interfere no processo de mecanização da agricultura, que vem se desenvolvendo de modo a acentuar e não a diminuir a sazonalidade do trabalho. Assim, ao mesmo tempo em que se utilizam recursos técnicos capazes de elevar a produtividade da terra, não se incorporam ao processo produtivo máquinas para a realização das colheitas, por exemplo. Como decorrência, o número de braços necessários para as colheitas eleva-se na mesma proporção que a produtividade da terra. E o caráter temporário do trabalho na agricultura tende não só a persistir como a se acentuar. Na cana, por exemplo, a aplicação de defensivos agrícolas e adubos levou a um aumento da produtividade da terra. Para cada área plantada, aumentou o número de trabalhadores temporários usados nas colheitas.

JB — O que levou à adesão dos movimentos sociais na área rural de São Paulo?

Conceição — Por ser naturalmente insatisfatório o trabalho temporário, não é aceito como uma condição normal pelo bóia-fria. Mas não foi só a insatisfação que levou às greves nos canaviais da região de Ribeirão Preto. Alguns outros fatores foram importantes no crescimento da organização política desses trabalhadores. O primeiro deles é a própria especialização econômica da região. Na medida em que houve uma especialização na cultura canieira, a região passou a oferecer um trabalho temporário. Todos os anos, instituindo uma regularidade. Isso levou à fixação de trabalhadores na região. Apareceram cidades-dormitórios, e as cidades pequenas, de até cerca de 15 mil habitantes, tiveram sua população quase que dobrada de 1970 para 1980. A fixação acabou levando o trabalhador a assumir a identidade de cortador de cana, o que é fundamental para que ele comece a fazer a crítica das condições de trabalho. O fato de a região ganhar uma identidade econômica é importante para que o trabalhador, por seu turno, adquira uma auto-identificação.

JB — Seria esse o único fator de mobilização?

Conceição — Evidentemente não, atuaram múltiplos fatores, inclusive a modificação na tecnologia da cana. Antes, os trabalhadores cortavam a cana dispersos em grandes áreas, que impediam uma interação. Hoje, organizam-se em frentes de trabalho e dispostos em filas. Dialogam, conversam, criticam as condições de trabalho enquanto cortam a cana.

JB — No movimento dos bóias-frias não pesa a influência de entidades como a Comissão Pastoral da Terra, os partidos políticos e os sindicatos?

Conceição — Apesar de algum trabalho que fizeram, essas instituições só conseguem interferir onde existem condições mínimas entre os próprios trabalhadores. Onde não existe análise crítica, elas dificilmente conseguem mobilizar os trabalhadores. Em São Paulo, as instituições vieram assim reforçar um processo que já existia entre os trabalhadores.

JB — Então, qual a grande influência no movimento rural paulista?

Conceição — Os homens mais velhos, chefes de famílias, são os principais responsáveis pela construção, a partir da crítica das atuais condições de trabalho, do código que vem orientando esses trabalhadores. Amparados pela memória de um tempo em que se vivia melhor — quase sempre o tempo em que eram camponeses — avançam na crítica das condições em que se realiza o trabalho e insistem na união dos trabalhadores para a melhoria dessas mesmas condições. Isso contraria algumas correntes da sociologia rural, defensoras da tese de que o ex-camponês, pela própria nostalgia, não faz reivindicações trabalhistas. Na verdade, os sindicatos é que passaram a trabalhar mais colados à realidade dos trabalhadores e incorporaram o discurso dos trabalhadores mais velhos.

JB — Em São Paulo, o sindicalismo rural tem se dirigido, na áreas da cana, para a conquista de melhores condições de trabalho. Como fica a bandeira da reforma agrária e da posse da terra?

Conceição — Essa é uma questão bastante delicada. Costuma-se colocar como uma alternativa a luta por direitos trabalhistas ou pela posse da terra. Tudo depende de oportunidade. O trabalhador tem sentido do que é oportuno, adequado. O mesmo homem que hoje luta pelos direitos trabalhistas irá lutar pela posse da terra, se surgir uma oportunidade. Em São Paulo, desde que o governo estadual acenou com a possibilidade de assentamentos dos trabalhadores, cresceu enormemente o número de bóias-frias envolvidos na luta pela terra. No Movimento dos Sem Terra em Andradina, por exemplo, cerca de 80% dos trabalhadores envolvidos eram volantes.

JB — Qual a saída para se eliminar ou atenuar o trabalho temporário?

Conceição — Os empresários terão de pensar uma forma diferente de produzir, porque os trabalhadores estão cada vez mais conscientes da necessidade do trabalho permanente. Os empresários terão de assumir o compromisso de fazer efetivamente culturas intercalares à da cana e utilizar as faixas em renovação para outras culturas. A questão é ter força para disciplinar minimamente a exploração agrícola. No fundo, o que está em jogo é a política agrária.

JB — A reformulação da política agrária não seria possível através do plano Nacional de Reforma Agrária?

Conceição — Esse plano já nasceu um fracasso. Perdemos uma grande oportunidade de dar uma resposta à demanda dos trabalhadores. Surgiu um plano conservador, muito aquém das reivindicações. Tanto que os trabalhadores mais organizados não o aceitam. Tampouco acreditam na Nova República. Acho até que existem setores do movimento sindical que consideram o plano bom porque assim esses setores podem continuar a luta. Não vou citar nomes, porque esse é um jogo de poder muito complicado.

(Página 22 — Nacional)